

---

## África do Centro- Oeste: palavras falsas e corrupção no negócio da madeira

Parece que o caminho até o mercado mundial está pavimentado com boas intenções. E afirmações vazias, deveria acrescentar-se.

O mundo industrializado rasga suas vestes diante da corrupção, que é atribuída aos governos dos países do Terceiro Mundo. E o Banco Mundial juntou algumas das companhias madeireiras líderes na África - principalmente européias- e ONGs ambientais para discutirem questões relacionadas com o Manejo Sustentável da Floresta na chamada "Iniciativa CEO". Porém, os verdadeiros significados deveriam ser descobertos escavando nas declarações.

O Grupo Danzer faz parte da Iniciativa CEO. Porém, o Grupo Danzer está transgredindo os princípios chave da floresta e as leis já que, é sabido que eles estão financiando lenhadores ilegais e subornando oficiais públicos. Desde seus começos em 1932 se desenvolveu como um dos maiores produtores de folha de madeira compensada. Na República Democrática do Congo (DRC) e em seu vizinho a República do Congo (RC), as concessões do Grupo Danzer cobrem mais de 4 milhões de hectares de floresta tropical.

A companhia proprietária do Grupo é a ANBE AG que está sediada na Suíça e desde 1962, o comércio internacional de madeira tropical do Grupo Danzer, também foi aí estabelecido através da Interholco AG. Assim, o comércio internacional de madeira tropical do Grupo Danzer está organizado sustentando um setor madeireiro que está abastecendo corrupção desenfreada na região. A Interholco obtém madeira não só das últimas florestas tropicais que estão sendo destruídas no Centro- Oeste da África , mas, muitas vezes, de companhias das que foi documentado seu envolvimento com a extração ilegal de madeira ou, muito recentemente, associadas com atividades do tráfico de armas.

Em um relatório confidencial a respeito das atividades comerciais do Grupo Danzer na África, escrito por René Giger- um dos dois diretores executivos da Interholco AG, em abril de 2003 e obtido por Greenpeace, Giger resume: "Quanto aos presentes/despesas de representação (propinas), me lembro de três filosofias na África. Em Douala (Camarões) uma é a chantagem tendo que pagar "gorjetas" por quantias de centenas de milhares de francos franceses e isso é também pago generosamente. No Congo (Kinshasa) (DRC), o senhor H... tenta ser mais moderado mas contudo está preparado para pagar onde for necessário. Em IFO, tanto o senhor S... quanto o senhor D..., estão absolutamente contra tais "gorjetas" e também estão a ponto de eliminar severamente os antigos benefícios. A filosofia do senhor S... é não dar nenhuma "gorjeta" com antecedência com o intuito de evitar qualquer dificuldade possível. Se existir alguma ameaça de multa, supostos casos condicionados, ele está, porém, preparado para tomar conta disso fazendo um "presente". O jeito como são usados os "presentes" é explicado no relatório de Giger quando faz referência a um dos subsidiários camaroneses do Danzer, CCIB. Segundo Giger, a autoridade em impostos dos Camarões insiste em um "controle fiscal" que ele tenta urgentemente evitar, como aparentemente foram realizadas exportações "não declaradas por IHC (Interholco) via Alima F" Giger casualmente diz: "O senhor F... está tentando resolver essa questão com FRF 20 a 30.000 (cerca de €3000-

Depois de anos de debate, no dia 7 de julho de 2003, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (UNSC) impôs sanções à importação de madeiras da Libéria. O UNSC foi forçado a tomar esta drástica medida sem precedentes porque empresas comerciais internacionais como a Interholco tinham se mostrado sem vontade de interromper voluntariamente o comércio com uma indústria que financiou o presidente da Libéria e o general Chales Taylor.

Além de exportar madeira liberiana fornecida pela Inland Logging Company (ILC) que foi sancionada pelo UNSC, a Interholco também a procurou na Oriental Timber Company (OTC) e na Maryland Wood Processing Industry (MWPI). O gerente da OTC, Dutchman Gus van Kouwenhoven, é considerado pelas Nações Unidas como uma personagem chave na logística dos movimentos ilegais de armas à Libéria. A MWPI controlou Port Harper no sul do país e também foi acusada de envolvimento em embarques de armas ilegais entrando na Libéria através do porto. Apenas aumentaram as atividades de rebelião e finalmente as sanções do UNSC detiveram o comércio da Interholco com a OTC, MWPI e outras fornecedoras liberianas.

O comércio nas madeireiras liberianas e com a OTC em particular, contudo, não impediu as declarações do Grupo Danzer em uma carta (10 de janeiro de 2002) enviada à cidadania alemã: "O Grupo Danzer e todas suas subsidiárias não farão nenhum negócio com companhias que comercializem armas... Em nossas relações de negócios, nós tomamos decisões unicamente de acordo com nossos padrões e em caso algum desejamos que nossas relações comerciais sejam mal empregadas para financiar armas ou guerras civis"

Sem mais comentários

Artigo embasado em informações de: "Danzer involved in bribery and illegal logging", Greenpeace, <http://www.wrm.org.uy/deforestation/logging/danzergroup.pdf>